

A luta dos católicos pela escola - Minas Gerais, anos 30

Ana Maria Casasanta Peixoto*

RESUMO

Este artigo procura traduzir, a partir das falas publicadas na imprensa católica, as reações dos grupos católicos mineiros face ao movimento pela expansão da escola pública e leiga e a penetração das idéias escolanovistas no panorama educacional brasileiro.

Palavras-chave: direito à educação - dever de educar - ensino religioso - ensino leigo - co-educação.

ABSTRACT

This article tries to translate, from quotations in the Catholic press, the reactions of Catholic groups in Minas Gerais concerning the movement for the expansion of public (and lay) schools and the spread of the influential ideas of the *Escola Nova* (New School) within the Brazilian educational scenario.

Key-words: individual rights to education - obligation to educate - religion teaching - lay teaching - co-education.

* Professora do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação - FAE/UFMG.

A trajetória da Igreja Católica na sociedade mineira

Historicamente, a Igreja Católica tem presença marcante na sociedade mineira, cujo vigoroso catolicismo se manifesta, no século XVIII, com o esplendor do Barroco. Os conflitos que marcam as relações entre o Estado e a Igreja no País, durante o Império, não atingem a província. No século XIX, Minas, segundo Torres, “era um reduto de vida religiosa em meio a uma crise geral” (TORRES, [s.d.], p. 1452).

O primeiro grande abalo nas relações entre a Igreja e o Estado, em Minas Gerais, se dá em 1906, no governo de João Pinheiro. Adepto dos princípios positivistas, Pinheiro vê o ensino religioso nas escolas públicas como uma manifestação de atraso, um sinal de submissão à Igreja. Por essas razões, ele elimina a instrução religiosa do currículo dessas escolas e suspende a ajuda oficial aos seminários, vendo nesse ato um símbolo de seu compromisso com a implantação de um estado leigo.

Torres, baseado em relatos de Furtado de Menezes, descreve os problemas enfrentados pelos católicos nas escolas públicas, naquele período:

“em Santa Bárbara do Monte Verde, um inspetor impôs aos professores a obrigação de darem aulas nos dias santificados e proibiu-lhes o ensino religioso, mesmo fora das horas de curso. E para mostrar como o Presidente de Minas ama ferozmente a liberdade de cultos, ordenou que os mineiros cantassem na aula um canto metodista”

(TORRES, [s.d.], 1458).

Frente à política laicizante de João Pinheiro, o clero, sob a liderança de D. Joaquim Silvério Pimenta, bispo de Mariana, se mobiliza numa campanha para a recristianização da sociedade mineira. Seu objetivo é a manutenção da hegemonia da Igreja neste Estado, através da conquista de “maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico” (MAINWARING, 1989, p. 45).

Nos moldes da atuação desencadeada em todo o País, a partir da década de 20, por D. Sebastião Leme e pelo Centro D. Vital, a ação do clero mineiro atinge sobretudo os leigos. Através deles, a Igreja espera constituir um corpo capaz de atuar na luta contra as idéias liberais e socialistas, contra o avanço do protestantismo e o declínio da moral católica. Para isso, a Igreja não mede esforços, utilizando-se dos mais variados recursos. Entre esses, destaca-se a imprensa. Em 1922, ela lança o jornal “O Horizonte” e, em 1935, o “O Diário”. Ambos têm como objetivo “defender e difundir as verdades supremas da fé e da razão, ser porta-voz dos anseios nobres e das aspirações dignas do povo mineiro” (O DIÁRIO, 6 jan. 1935, p. 1).

Graças ao seu grande poder de mobilização, a Igreja Católica passa a congregar, em Minas, os diversos segmentos da sociedade em organizações como: Associação de Moços Católicos, União Popular, Ligas pela Moralidade, Confederação Católica do Trabalho, etc. Essas agremiações, muito atuantes, constituem-se em



A BDA. CATHARINA LABOURÉ

elementos de ligação entre esses grupos e o poder, e representam para os profissionais e estudantes, pertencentes à classe média, “um veículo não-institucional de acesso à elite política” (DUTRA, 1979, p. 76).

Ao lado disso, a Igreja assume a defesa de causas de interesse dos grupos populares, tais como: campanhas junto aos empresários tendo em vista o respeito à lei do repouso remunerado e junto à Prefeitura para a solução de problemas de moradia e abastecimento de água nos bairros populares. Assume o papel de porta-voz desses grupos e de elemento de mediação entre eles e o Poder. Como conseqüência, ela passa a constituir uma força política respeitável, pois, na medida em que controla o voto dos católicos,¹ ela se torna um grupo de pressão dentro do Partido Republicano Mineiro (PRM).² Frequentemente, a Igreja usa essa força no sentido de obter conquistas em causa própria. Como exemplo, podemos citar a campanha em favor da reintrodução do ensino religioso nas escolas mineiras, que contou com a adesão de nada menos de 30.000 pessoas, que se manifestaram de diversas formas, entre elas o abaixo-assinado.

As pressões do grupo católico pela reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas constituem uma reação ao avanço do governo no campo da educação escolar, durante o mandato do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-30).

Até então, a supremacia da Igreja no campo educacional era um fato. O decreto de João Pinheiro, retirando o ensino religioso do currículo das escolas públicas, embora tenha provocado, por parte do clero, uma reação que ultrapassou, em muito, os muros da escola, na prática, não restringiu sua ação nesse campo. As escolas públicas ofereciam, na sua grande maioria, apenas a escolaridade primária. Dessa forma, nos educandários católicos masculinos e

1 Para se ter uma idéia do peso do voto dos católicos na balança do poder, nesta época, é importante lembrar que segundo John Wirth, só a Associação Cristã de Moços congrega 15.000 membros (WIRTH, 1977, p. 11).

2 Na década de vinte, segundo John Wirth, o grupo católico chegou a levantar a hipótese da criação de um partido político próprio, mas vendo a impossibilidade de uma ação política efetiva, fora dos quadros do PRM, decidiu-se por uma atuação dentro do próprio partido (WIRTH, 1977, p. 11).

femininos eram formados todos aqueles que exerciam alguma função pública, entre esses, os professores primários. Esse monopólio exercido pela Igreja no processo de socialização das novas gerações é ameaçado, pela reforma de ensino levada a efeito no governo de Antônio Carlos, pelo Secretário dos Negócios do Interior, Francisco Luiz da Silva Campos.

A ênfase conferida por campos à participação do Estado no controle e na oferta dos serviços educacionais representa uma ameaça à Igreja. Sua preocupação em dar um novo sentido à educação escolar, compatível com o avanço da ciência e da técnica e com as novas necessidades do País, sua insistência em introduzir nas escolas um novo modelo de ensino, baseado nos princípios da Escola Nova, a desoficialização imposta ao ensino ministrado nas escolas normais, em quase sua totalidade católica, e sua substituição por escolas públicas, provocam reações por parte da Igreja. Temendo perder o prestígio e o poder conquistados em Minas graças a um longo e não raro árduo trabalho junto à sociedade civil, ela se mobiliza para combater o movimento reformador desencadeado por Campos:

"O Horizonte, em números sucessivos, tem analisado a Reforma do Ensino Normal, neste Estado, combatendo com argumentos irresponsáveis o novo regulamento, que em sua execução tende à laicização do ensino e prejudica seriamente escolas já existentes e equiparadas, muitas das quais se verão na contingência de fechar suas portas"

(NOTÍCIAS, 1928, p. 2).

A posição assumida pela Igreja em relação à Reforma Campos é uma das primeiras manifestações concretas da disputa que se trava no País, naquele momento, em torno do controle da sociedade civil. Essa disputa se intensifica após 1930, quando no jogo de luta pelo poder político, católicos e liberais se rivalizam na competição pela conquista da hegemonia no processo de socialização das novas gerações.³

Neste contexto, nos pronunciamentos da Igreja mineira já vêm à baila, neste momento, temas como o direito de educar, competência para educar etc.

A Igreja e o Poder no Estado

A Igreja exerce importante papel estabilizador na sociedade mineira. Por um lado, "a Igreja participou de organizações voluntárias quando a sociedade estava se tornando complexa. Por outro lado, o movimento atraiu o conservadorismo do mineiro, num período de crescente transformação. O efeito mais sólido foi mediar a mudança com um conjunto de símbolos que ganhasse ampla aceitação na elite"

(WIRTH, p. 144).

Esse papel estabilizador não passa despercebido a Antônio Carlos, que, no momento de sua posse, inicia um trabalho de reaproximação Estado/Igreja, convidando o episcopado para a cerimônia. Durante a solenidade, ele reconhece, de público, a importância da atuação da Igreja em nossa sociedade, numa atitude inédita entre os governantes mineiros:

— "Pregando o acatamento às leis, o respeito às autoridades constituídas e a observância nos deveres que incumbem aos cidadãos no lar e na sociedade, os princípios da Igreja, em nossa terra, têm concorrido decisivamente, para a formação do caráter patriótico que, transmitido de geração em geração, permite ao povo mineiro orgulhar-se do patriotismo moral e cívico que pode até agora constituir (...) erraria gravemente o governo que não utilizasse da grande força que é a religião para levar avante todas as construções que idealize e se proponha a realizar"

(ANDRADA, 1927, p. 3).

Em 1928, diante dos protestos dos católicos frente às medidas de cunho laicizante introduzidas no sistema escolar, Antônio Carlos acalma esse grupo, promulgando a Lei 1092/28, que reintroduz o ensino religioso nas escolas oficiais mineiras.

Essa lei representa o coroamento de um longo e cuidadoso trabalho do clero mineiro junto à sociedade civil e traduz o reconhecimento, por parte do governo, do prestígio e da influência da Igreja no Estado e de sua inestimável ajuda na solução dos conflitos sociais. Ela formaliza os laços que ligam o Estado e a Igreja em Minas Gerais, rompidos em 1890. O clero mineiro, naquele período, se adianta, como já foi mencionado, ao clero nacional em sua trajetória visando à recristianização da sociedade brasileira. E o gesto de Antônio Carlos, por sua vez, antecipa a culminância de um "processo de mudanças que iriam ocorrer em nível nacional sob a liderança de D. Sebastião Leme e os líderes leigos do Centro D. Vital" (MAINWARING, 1989, p. 46).

A busca de reafirmação: a luta pela escola nos anos 30

Nos momentos de indecisão que se seguem à tomada do poder em 1930, a Igreja procura afirmar sua imagem de instituição educadora da coletividade, imagem que vinha construindo no País desde o início da República.

Esse movimento encontra grande receptividade entre os católicos mineiros. Alarmada com o apoio do governo revolucionário à campanha dos liberais pela implantação no País de um sistema de educação pública, leiga, obrigatória e gratuita, a Igreja reage. Ela teme a perda de um espaço que, graças a um penoso trabalho, conquistada em nossa sociedade.

Por essa razão, ela se lança, com todo o rigor, na campanha em favor do ensino católico e contra o ensino leigo, retomando uma luta que se iniciara, como vimos, na gestão de João Pinheiro e tivera um momento importante na Reforma Francisco Campos.

Agora, mais que nunca, essa luta assume dimensão nacional e, nesse sentido, seus principais pontos de referência são o Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, e o grupo de católicos leigos, reunidos no Centro D. Vital, sob a inspiração da Jackson de Figueiredo e a liderança de Alceu Amoroso Lima.

O discurso dos católicos mineiros apresenta o mesmo tom apologético utilizado pela Igreja, em geral, na defesa dos princípios da educação cristã e no combate às idéias liberais espelhadas na Escola Nova. Nele, o catolicismo e a educação religiosa são apresentados como a única saída possível para o País em crise. E a luta pelo ensino religioso assume a dimensão de uma cruzada para a preservação da unidade cultural da nação e de seu corpo social. Nessa perspectiva, temas como o direito de educar, os perigos da educação leiga, os inconvenientes da coeducação merecem lugar de destaque, polarizando o discurso dos mineiros que, a exemplo do que ocorre no País, tem no proselitismo uma de suas principais armas de luta.

O discurso dos católicos mineiros não é, portanto, original,

3 Maiores informações sobre a luta pelo controle da escola no período em: CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira*; Católicos e Liberais. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

mas é muito expressivo; na medida em que retrata, com fidelidade, o pensamento católico. E é muito representativo do ponto de vista social — não podemos nos esquecer de que Minas é o maior Estado católico do País — produzindo efeitos na política educacional do governo.

Para os mineiros, a educação religiosa se justifica pela importância do catolicismo na construção de nossa sociedade.

"A afirmação da nacionalidade no Brasil é uma afirmação católica. Querer-se o Brasil sem o catolicismo é querer-se um Brasil que não é brasileiro. Sem o catolicismo não teríamos nem unidade de terra, nem de língua, nem de fé. Não teríamos o Brasil. Foi o catolicismo que abriu nossas primeiras escolas, ensinou as artes, lavrou os campos, levantou as aldeias, escreveu os nossos primeiros livros (...) Já quase todos compreendem que o Brasil sem o catolicismo não seria um Brasil brasileiro. Porque ao catolicismo, como disse o grande Nabuco, é que nós devemos o nosso traço perpétuo"

(A REVOLUÇÃO, 1930, p. 1).

Sendo o catolicismo uma das vigas mestras da nossa cultura (a ele devemos a língua, a religião, etc) recristianizar o Brasil significa reconquistar para o País o espírito de nacionalidade perdido.

"Querer reconstruir o Brasil sem o vigamento férreo do catolicismo, que é a autêntica estrutura da mentalidade brasileira é trabalho fictício e destinado a novas derrocadas. É fomentar, de futuro, novas roubalheiras, novas tiranias... Só a religião vai reintegrar o Brasil na sua grandeza"

(MENDES, 1930, p. 1).

A escola é um elemento estratégico nesse processo de cristianização do País, em virtude de seu potencial na instrução do indivíduo e da sociedade.

"O futuro pertencerá a quem formar a criança. Por isto, a luta contra a Igreja está sendo hoje, mais do que nunca, travada no campo pedagógico... Se não tivermos escolas cristãs, não teremos povo cristão" (NEGROMONTE, 1932 a, p. 1).

Dessa forma, a luta pela escola assume o caráter de uma luta pela preservação da própria nacionalidade em risco.

"... Ora, aqui não há tergiversar. Duas soluções se apresentam à nossa escolha: o catolicismo integral ou cairmos fatalmente no comunismo destruidor e anárquico."

Tudo mais é ilógico; são panacéias que, quando muito atenuam momentaneamente as crises, sem que, em via alguma, as resolvam, antes preparam novas, quicá mais agudas e formidáveis.

De um lado, está a Rússia "apolítica e nômade" em conjura contra o Estado, contra as classes sociais e os órgãos da vida pública, inaugurando em toda a parte o banditismo da miséria, da anarquia.

De outro está a influência civilizadora da Igreja que elevou tão alto as nações do Ocidente, assegurando-lhes as bases da vida espiritual, regendo-lhes o progresso admirável, durante quatorze séculos e impedindo, nos dias de hoje, a dissolução e a ruína completa desta sociedade, divorciada de Deus, empobrecida e exausta" (A Revolução, 1930, p. 1).

A educação religiosa não se justifica apenas por razões de ordem político-cultural. Ela se impõe em função da própria natureza do ser humano e de seus fins últimos.

"O fim último do homem é a salvação da alma. Logo a verdadeira educação é a que prepara para a salvação da alma. Mas só a educação orientada por Aquele que é o

caminho, a verdade e a vida pode assegurar a salvação"
(NEGROMONTE, 1932a, p. 1).

A questão dos fins reflete uma concepção de vida e, nesse sentido, assume caráter transcendental, sendo um dos principais pontos de divergência entre os católicos e os defensores da Escola Nova, que insistem em atrelá-la às ciências.

"Formar o homem é orientá-lo para atingir a perfeição de sua natureza e realizar a plenitude dos seus destinos e qualquer atitude em face das questões da natureza e dos destinos envolve, implícita ou explicitamente, uma solução do problema religioso; a neutralidade pedagógica é um erro pedagógico e uma impossibilidade prática e educação neutra, isto é, sem convicções profundas, é educação nula"

(CAMPOS, 1931 a, p. 1).

"Como a educação moderna não tem ideais, ou não tem a coragem de proclamá-los aberta e lisamente, movem-se os educadores sem rumo nem orientação..." (NEGROMONTE, 1932 a, p. 1).

"Que diremos, finalmente, do valor de Kerscheinsteiner para nós, sobretudo para nós católicos?"

Primeiramente, a idéia fundamental está totalmente errada. Não, nosso ideal não é formar somente cidadãos bons ou exemplares, porque seria o ideal socialista. Nós também queremos formar cidadãos bons, certamente, porém, destinando-os, com todo o altruísmo, patriotismo, etc., a uma Pátria mais elevada, ao Céu. A base de uma educação e formação é sobrenatural e a de Kerscheinsteiner é puramente natural. Ele toma como acessório, aquilo que para nós é o princípio, o fundamento de tudo, a religião"

(BOING, 1932, p. 4).

A educação leiga representa pois uma ameaça ao indivíduo e à sociedade.

"E como só uma é a verdade, são falsos todos os outros sistemas educativos que, na base do erro, só podem produzir resultados funestos" (NEGROMONTE, 1932 a, p. 1).

Ao indivíduo, ela institui um perigo, pois:

"É falso todo naturalismo pedagógico, que, de qualquer modo que seja, exclui ou tende a diminuir a ação sobrenatural da juventude; errôneo todo o método de educação que baseia, em todo ou em parte, na negação ou no esquecimento do pecado original ou do papel da graça para não se apoiar senão nas forças da natureza"

(PIO XI, 1930, p. 1).

Para a sociedade, ela é uma ameaça, pois conduz à anarquia espiritual.

"... A ausência do espírito religioso provoca grandes discórdias nos lares, gera competições desagradáveis entre os membros de qualquer agremiação, incrementa o egoísmo, que é uma fonte abundante de atentados ao pudor, à propriedade privada e à segurança interna das nacionalidades"

(BALTAZAR, 1931, p. 2).

Por isso, a educação leiga é considerada uma porta aberta ao comunismo.

"No Brasil já está saindo, na disciplina escolar, a influência das teorias da pedagogia comunista.

A autonomia do aluno, que se está tentando efetivar na instrução municipal do Rio de Janeiro tem suas raízes na "Escola do Trabalho". A escola é uma espécie de clube autônomo, governado pela coletividade escolar: discípulos e mestres... A autonomia que é anarquia — proporciona ao aluno liberdade que, fatalmente, dissolverá a escola" (JACARANDÁ, 1932, p. 1).

O ensino leigo não é indefensável somente do ponto de vista filosófico, político e social. Ele não se justifica, tampouco do ponto de vista jurídico e pedagógico.

Do ponto de vista jurídico, a defesa do ensino religioso se apoia no direito natural da família sobre a educação da criança e na liberdade que ela deve desfrutar na condução desse processo.

"A educação pertence à família: os pais devem e podem livremente educar os seus filhos para o futuro" (BOING, 1935, p. 566).

O respeito a este direito é uma obrigação por parte de um estado que se proclama democrático.

"... O respeito ao direito natural dos pais de educar os próprios filhos exige que o Estado lhes ponha à disposição escolas vasadas nos moldes da sua consciência" (FRANCA, 1933, p. 4).

Infringir-lo, seria transgredir um dos princípios básicos do estatuto liberal — o respeito à liberdade do indivíduo.

"O Estado não pode impor uma filosofia educativa na medida em que esta implica uma concepção de vida. Seria violentar o domínio das consciências; em posição não menos exdrúxula e intolerante do que a de um credo religioso por via de coação legal"

(DAWSON, 1941, p. 4).

Se, por um lado, é injusta e antidemocrática a interferência do Estado nas questões educacionais, a inclusão do ensino religioso no currículo das escolas públicas não compromete o caráter leigo de Estado pois, segundo o Padre Leonel Franca,

"... se por Estado leigo se entende um Estado sectário, anti-religioso, descristianizador, a solução ao quesito já se acha envolvida nesta definição inadmissível. Se, porém, por Estado leigo se entende um Estado que pretende conservar-se imparcial ante a diversidade das confissões religiosas e respeitador leal e sincero dos direitos de consciência dos cidadãos, então o ensino religioso não só não é incompatível com a laicidade oficial, mas é um dos seus corolários necessários"

(FRANCA, 193, p. 4).

Por isso, o direito da família à educação da criança é garantido na Constituição de todos os países, exceto na Rússia.

"O ensino católico constitui uma exigência de natureza jurídica, uma vez que o direito dos pais neste campo é anterior ao do estado, sendo este garantido na constituição de todos os países, exceção da Rússia" (O DECRETO..., p. 1).

Do ponto de vista pedagógico, a defesa do ensino religioso se deve às práticas equivocadas utilizadas pela educação leiga. Entre essas, merece destaque a co-educação, por suas conseqüências extremamente desastrosas.

"Um dos aspectos da co-educação que me parece para condená-la é o que nos revelam estudos psicológicos modernos a respeito do desigual desenvolvimento físico e intelectual dos dois sexos. Sendo diversas as finalidades da vida para o homem e para a mulher, diversas devem ser, como o demonstrou em seu discurso o Rvm^o Pe. Franca, os processos de

educar a cada um dos sexos... O desenvolvimento intelectual dos dois sexos se processa sem sincronização, de modo que havendo uma evolução física e intelectual diferente para rapazes e para meninas é um erro crasso querer que freqüentemente as mesmas classes seres que não estão na mesma fase do desabrochar de sua inteligência. Pela Psicologia se sabe, há muito tempo, que o crescimento das crianças dos dois sexos não caminha paralelamente... Até aos 8 anos há uma quase coincidência, donde não haver inconveniente algum na co-educação até essa idade. A partir porém dos 9, até os 15 anos, as meninas têm um desenvolvimento mais rápido... A partir dos 15 anos, invertem-se as coordenadas das curvas, dando-se então a supremacia definitiva do homem, que em estatura, peso e força, sobrepuja a mulher... O que se passa anatomicamente e fisiologicamente, reproduz-se psicologicamente... Percebe-se bem, portanto, a situação de patente inferioridade dos meninos nas classes ginasiais mistas, da qual resulta, sem a menor dúvida, um pessimismo que leva à vergonha ou ao desânimo, inculcando ao ânimo varonil do moço a noção de que ele será irremediavelmente vencido pela mulher na luta pela vida, quando de fato o que se dá é o oposto, por isso que a partir dos 15 anos, a situação se modifica...

É claro que se este fosse o único inconveniente da co-educação, poder-se-ia talvez corrigi-lo, fazendo com que as classes se compusessem de elementos com a mesma idade mental... Mas, até hoje, não sabemos de nenhuma tentativa coroada de êxito neste sentido, quer no nosso país, quer no estrangeiro... A co-educação procura, infelizmente, tirar as suas qualidades próprias, para fazer um ser misto, sem nenhuma das boas características... Quem condena a co-educação não é apenas a Igreja Católica, sempre sábia, é a pedagogia, é a psicologia, é, em uma palavra a ciência voltando do erro de um momento de loucura para a Verdade Eterna"

(BACKHAUSER, 1932, p. 1).

Fundamentada no falso postulado da igualdade entre os sexos e ignorando os papéis reservados ao homem e à mulher na sociedade, a co-educação produz resultados nefastos, conforme indicam os relatos a seguir:

"Já em 1873, o dr. Clarcke, de Boston, demonstrava que esse sistema é um erro contra Deus e a humanidade, e, em 1904, um dos mais notáveis pedagogos americanos escrevia depois de outras considerações importantes - "Moralmente, este sistema é a porta aberta a todas as desordens"

(EDUCAÇÃO EM... 1932, p. 1).

Co-educação: "O comunismo já fez a experiência, e os funestos resultados foram dados à publicidade na 'Revista dos Dois Mundos', há anos: e o mais que aqui se pode dizer, e que é o mínimo estampado na dita Revista, é a eclosão dos piores instintos nessa atmosfera rescaldada, em que o pudor é infamado" (SOUZA, p. 4).

Por todas as razões expostas, a Igreja não só reivindica a inclusão do ensino religioso, como disciplina, no currículo das escolas públicas, mas cobra uma ação mais efetiva do Estado visando garantir as condições necessárias à sua implementação.

"A mudança do regime político no Brasil tornou ainda mais agudo o nosso já tão agudo problema educacional. Para combater os erros do liberalismo e as ideologias mórbidas do sectarismo vermelho, o Estado Novo terá de forçosamente

armar-se de um instrumento educacional, se não novo, pelo menos renovado no sentido de maior eficiência e de ambientação com a realidade nacional”

(FRANCA, 1933, p.4).

A única concessão feita pela Igreja à nova proposta pedagógica diz respeito aos métodos ativos. Isso porque a consideração à atividade do aluno no processo de aprendizagem não fere nenhum princípio da pedagogia católica. O reconhecimento desse princípio nem mesmo constitui novidade para os católicos, que há muito o incorporaram a seus projetos pedagógicos.

“O princípio da escola ativa não é novo... Temo-lo, porém, seguramente, em St^o Tomaz. Há 30 anos, muito antes que os signatários do Manifesto iniciassem sua campanha pedagógica, campanha que, segundo afirmam data de 12 anos, Mons. Pace, nos Estados Unidos, mostrou que o Doutor Angélico distingue perfeitamente a capacidade como equivalente a capacidade de receptividade passiva e a capacidade no sentido de aptidão para agir. Para ele, o intelecto é auto-ativo, caminha, em vez de ser arrastado; aceita o auxílio de outrem, para facilitar o exercício da própria atividade, mas sem lhe transferir os seus poderes intrínsecos”

(O MANIFESTO, 1932, p.1).

Dessa forma, os métodos ativos podem ser aplicados, desde que fique bem claro para os educadores, como adverte o Padre Álvaro Negromonte, que:

“A época das experiências e das novidades espalhafatosas, distanciadas de nossa verdadeira psicologia já passou. Os pedagogos de má sorte que, com suas imitações de processos e sistemas inadapáveis ao nosso meio, tanta confusão lançaram nos meios pedagógicos nacionais e tantos males causaram à infância brasileira, tiveram já a sua voga e com ela passaram”

(FRANCA, 1933, p. 4).

Em sua luta pelo domínio da escola, a Igreja investe contra todos aqueles que, de alguma forma, colaboram para o avanço das idéias pedagógicas liberais no País. Seu principal alvo é, sem dúvida, Anísio Teixeira, “o discipuluzinho de Dewey”, “o pedagogo de má sorte”. (O ENSINO..., 1938, p. 4). Entre os educadores mineiros, suas principais críticas recaem sobre Mário Casasanta, ex-Inspetor Geral de Instrução e Diretor da Imprensa Oficial, e Iago Pimentel, professor da cadeira Psicologia Educacional, na Escola de Aperfeiçoamento. O grupo católico não perdoa a Mário Casasanta sua adesão, na qualidade de signatário, ao Manifesto dos Pioneiros da Nova Educação.

“A nossa primeira observação é antes um movimento de estranheza e pesar, vendo entre os signatários do manifesto, um católico, um pelo menos, o nosso confrade Mário Casasanta, diretor da Imprensa Oficial.

Um católico não pode subscrever aquele manifesto, e, se o faz, coloca-se em situação muito mais grave que a dos inimigos da Igreja, que lá figuram. Estes estão no seu papel... A assinatura de um comunista como Edgard Sussekind de Men-

4 A crítica a esse livro é feita numa série de artigos, ironicamente intitulada “A Psicologia do Dr. Iago Pimentel”, publicados pelo “O Diário”, 1931.



MAISON BOUASSE - LEBEL - Leconte & C^o 9532 29, RUE ST-SULPICE, PARIS

LA GERBE CÉLESTE

(F. AZAMBRÉ PINA)

Que nos âmes soient des lys
dignes d'être offerts à Jésus par Marie.
(*Paris, Féber.*)

donça, adversário da religião, mesmo antes de ser comunista... premune os católicos contra o perigo. A assinatura de um católico produz o efeito contrário, pois inclina os correligionários a se baterem pelas doutrinas que ele recomenda ou, pelo menos, a não se manifestarem suspeitosos para com elas.

Que dirá ou pensará o professorado mineiro, vendo que o seu correligionário católico, que foi o seu guia e chefe da Instrução se coloca ao lado de Sussekind de Mendonça, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e outros, na defesa de doutrinas e normas destruidoras da crença religiosa que o governo permite ensinar e alimentar nas escolas?! E destruidoras indiretas, sem agressão de frente, o blandiciosamente, sob a capa da ciência e o pretexto do progresso!... Prestou assim (Mário Casasanta) melhor serviço aos inimigos de sua convicção religiosa do que o citado Sussekind de Mendonça, que não é católico, não foi Inspetor Geral da Instrução Pública, nem é Diretor da Imprensa Oficial em Minas”

(O MANIFESTO, 1932, p. 1).

As críticas a Iago Pimentel se devem, principalmente, à publicação do livro *Psicologia Experimental*. Nessa obra, destinada aos futuros professores, Pimentel adota um enfoque experimentalista na abordagem dos problemas psicológicos, tratando numa perspectiva natural e científica fenômenos que, segundo a Igreja, eram irredutíveis à função da matéria organizada, escapando assim ao âmbito das ciências. Por isso ela não poupa o autor, acusando-o de uma postura teórica “materialista e ingênua” e atribuindo à sua obra caráter pseudo-científico.⁴

"Um objeto luminoso se desenha na retina de meus olhos, produz-se a enervação, a enervação se propaga até o cérebro, e então eu tenho a consciência íntima da presença deste objeto, eu vejo. Parece brinquedo, mas esta é a resposta do Dr. Iago, no livro que ele melhor teria intitulado *Noções de Psicologia duvidosa, pelo Dr. Iago Pimentel*" (QUIROGA, et alli., 1931, p. 2).

Nessa cruzada, a liderança católica não se restringe ao púlpito e às publicações na imprensa. Em suas manifestações de força, ela arregimenta os fiéis em praça pública, em algumas cidades do interior, manifestando o seu repúdio às idéias de Anísio Teixeira, queimando suas obras em praça pública⁵ e pressiona Mário Casasanta, ameaçando-o de excomunhão.⁶

Os ganhos da Igreja e seus efeitos sobre a política educacional do Estado

A postura agressiva da Igreja encontra ressonância na sociedade mineira que, por suas ligações com o catolicismo, vê com simpatia a causa do ensino religioso. A imprensa civil recebe com festas o decreto federal instituindo o ensino religioso nas escolas. O Partido Integralista defende os direitos da família e da Igreja na educação do indivíduo:

"... O Estado jamais poderá ultrapassar a legítima esfera de seus direitos aniquilando os direitos primordiais da família e da religião sobre a educação das novas gerações" (O QUE, 1935, p. 2).

Na Assembléia Legislativa, são comuns manifestações em favor do ensino religioso, como a do Deputado Clemente Medrado:

"Devo dizer que sou favorável ao ensino religioso facultativo, no programa das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, do Estado, do Município, na certeza de que concorro para prestar um inestimável serviço educacional à minha pátria, neste momento, duvidoso e sombrio, em que a civilização universal ameaçada submerge no desespero de uma estóica e confusa agitação mental, anseia e exige a recristianização intelectual do mundo para a sua preservação, que é a própria preservação da humanidade"

(MEDRADO, 1937, p.6).

Toda essa movimentação coloca o Governo Estadual em situação delicada, pois a Escola Nova é o ideário pedagógico oficial. Assim, se no plano federal os ataques da Igreja se dirigem a um grupo de políticos e intelectuais que, sob a tutela do governo revolucionário, defendem a bandeira do ensino público, em Minas Gerais o alvo da Igreja é o Governo Estadual.

Reconhecendo o grande poder da Igreja junto à sociedade mineira, o governo procura atenuar o confronto com ela nesta área, embora em suas falas enfatize sua adesão aos princípios escolanovistas — "... não há dúvida porém de que ela (Escola Nova) não se impõe somente como necessidade orgânica nas democracias e como elemento técnico de aperfeiçoamento nacional, mas corresponde ao objetivo configurado nesta tese, como o meio mais eficiente de se obter a difusão do ensino, pelo interesse psicológico que lhe é básico, pelo dinamismo que a anima e a faz atraente, pelo

seu sentido de integração de vida da associação da cidade e da escola, de colaboração que disputa e envolve o meio social no desenvolvimento dos planos, da informação, dos centros da associação que compreende. É a escola vitoriosa e nada lhe poderá obstar a realização" (LIMA, 1931, p. 238).

Segundo Guerino Casasanta, Insuperador Geral de Instrução, "o que tem distanciado a Igreja das novas correntes pedagógicas ou tem concorrido para isso, são os fins e não os métodos" (Casasanta, p. 30).

E, fazendo suas as palavras de Pio XI, o Inspetor Geral da Instrução diz que "a necessária cautela do mestre no desempenho de suas funções não impede, de modo nenhum, que acolha e aproveite quanto de verdadeiramente bom produzem os nossos tempos, na disciplina e nos métodos... Em Minas Gerais, os estabelecimentos de ensino dirigidos por religiosos aplicam os métodos modernos, sem prejuízo dos fins que se propõem alcançar" (CASASANTA, 1933 a, p. 6).

O Inspetor Geral de Instrução não só procura atenuar o conflito, mas vai mais longe. Na V Conferência Nacional de Educação, reunida em Niterói, em dezembro de 1932, ele apresenta declaração de voto contra o ensino leigo. Justificando seu ponto de vista contra a então denominada escola neutra, Casasanta invoca os princípios da própria educação renovada e as raízes culturais do povo mineiro.

"Se a escola se destina a transformar em vida, cumpre proporcionar às crianças o exame dos problemas atuais, os problemas do momento, de maneira que a educação não seja apenas mera preparação para a vida, mas a própria vida. Como considerar apenas as questões do comércio e da indústria, das vias de comunicação, dos fenômenos sociais, das aquisições científicas, como subtrair a criança do estudo e das meditações das crenças religiosas, sem o risco de tornar a educação insuficiente?"

"Em obediência às irresistíveis tendências do povo mineiro, e em nome de minha própria convicção, voto, com estes fundamentos, pela emenda do meu ilustre colega D. Teixeira Freitas"

(CASASANTA, 1933 b, p. 1).

A postura conciliadora do governo faz com que a Constituição do Estado incorpore, em seu art. 90, a lei de Antônio Carlos e o decreto federal assegurando um espaço para a religião nos currículos escolares, tornando obrigatória a sua oferta nos estabelecimentos de ensino público e facultativa a frequência por parte dos alunos.

Ao lado disso, as pressões da Igreja provocam um recuo na política de formação do professor introduzida por Campos. Do ponto de vista prático isso significou, num primeiro momento, a quebra do monopólio do Estado na formação de professores para o ensino primário e a extensão desse direito ao particular (leia-se aqui: católico) através da concessão do regime de equiparação e elevação das escolas normais de 1º grau (em sua maioria católicas) à categoria de 2º grau. Para atender às exigências legais no que diz respeito ao quadro docente dessas escolas, a Secretaria de Estado da Educação e Saúde promove, em 1933, o 1º Curso de Aperfeiçoamento para Religiosas. O curso destina-se a preparar candidatas à regência das cadeiras de Metodologia e Psicologia nas escolas normais equipadadas, pertencentes às congregações religiosas. O curso é realizado na Escola de Aperfeiçoamento e tem a duração de 6 meses. Segundo o Inspetor Geral de Instrução, sua realização "mostra a evidência de que o Estado e a Igreja se harmonizam no

5 Relato do Prof. Olímpio Fernandes, professor da E. P. de Itamarandiba, a seu filho Prof. Raimundo Nonato Fernandes, ao se deparar com as obras de Anísio Teixeira nas estantes de sua biblioteca.

6 Depoimento de seu irmão Manuel Casasanta.

campo da educação popular, onde certos espíritos só distinguem divergência e separação" (CASASANTA, 1933a, p. 90-91). Num segundo momento, o governo transfere para a esfera privada parte significativa de seus encargos com a formação do professor pela extinção das escolas normais oficiais situadas em Viçosa, Uberaba, Itabira, Campanha, Montes Claros e Dimantina — locais onde, a seu ver, havia instituições capazes de assumir aquela função (leia-se: colégios católicos).

O recurso utilizado pelo governo mineiro, cedendo espaços à Igreja, é compreensível. Se a Antônio Carlos parece prudente evitar um choque com a Igreja, com muito mais razão deveria seu sucessor, Olegário Maciel, esquivar-se a um desgaste dessa natureza, num momento em que o governo passava por grandes dificuldades políticas e econômicas. Atento aos problemas enfrentados pelo Estado para destacar-se no novo quadro político, ele procura reforçar laços, garantindo à Igreja espaço que lhe parecia estratégico — o da educação da mulher. Com essa medida, o Governador amplia suas bases políticas no Estado, sem agredir a oligarquia, em virtude dos elos que a mantinham ligada ao clero.

Essa tática não constitui um ato isolado na prática política do País, àquela época. Já no momento da criação da Legião de Outubro, Francisco Campos procura envolver a Igreja em seu projeto, "como fonte de inspiração ideológica da nova ordem que procura estabelecer" (LEGIÃO... 1931, p. 2).

Segundo Schwartzman, a promulgação pelo Governo Provisório, do decreto tornando obrigatório o ensino religioso nas escolas públicas do País constitui mais uma etapa na estratégia de Campos no sentido de estabelecer um pacto com a Igreja, revelando o reconhecimento de seu poder mobilizador, destacado pelo próprio Ministro em carta ao Presidente da República.

"... Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto se aprovado por V. Excia., determinará a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo a serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional"

(SCHWARTZMAN, 1984, p. 43).

Dessa forma, ao utilizar a escola como um elemento de barganha e conciliação no jogo político, o governo mineiro apenas se antecipa ao governo federal, reafirmando uma aliança, que se toma um dos pilares de sustentação do novo regime que se consolida no País em 1937.

Movimento supra-partidário, de inspiração fascista, inspirado por Francisco Campos, com o objetivo de colaborar com o governo revolucionário de 30 na construção de uma nova ordem para o País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. **Discurso de posse na Presidência do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927. A REVOLUÇÃO Brasileira e o Catolicismo. **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 19 nov. 1930. p. 1.
- BACKHAUSER, Everardo. À luz da religião e da ciência devem ser educados conjunta ou separadamente os dois sexos? **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 15, set. 1932. p. 1.
- BALTAZAR, Alfredo, Ensino religioso. **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 14 out. 1931, p. 2.
- BOING, Guilherme Pe. **Anais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1935.
- _____. Estudos Pedagógicos, Georg Kerschensteiner. **O DIÁRIO**, Belo Horizonte, 13 set. 1935, p. 2.
- CAMPOS, Francisco. O ensino religioso nas escolas oficiais. **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 6 mai. 1931, a p. 1.
- _____. Carta a Vargas, 18/4/1931. Arquivo Getúlio Vargas G. V. 31, 04, 18/1. In: SCHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984 p. 43.
- CASASANTA, Guerino. O Curso de Aperfeiçoamento para religiosas. **REVISTA DO ENSINO**, Belo Horizonte, p. 32 mai. 1933 a.
- _____. V Conferência Nacional de Educação. **MINAS GRAIS**, Belo Horizonte, 1 jan. 1933b.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira; católicos e liberais**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- DAWSON, Christopher. O Estado e a educação. **O DIÁRIO**, Belo Horizonte, 12 dez., 1941 p. 4.
- DUTRA, Eliana Regina Freitas. A Igreja e as classes populares em Minas, na década de vinte. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 49, p. 71-98, jul. 1979.
- EDUCAÇÃO em comum. A representação dos Vicentinos de Paraisópolis ao Presidete Olegário Maciel. **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 12 mar. 1933 p. 4.
- FRANCA, Leonel. A questão educacional. **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 12 mar. 1933, p. 4.
- JACARANDÁ, Pe. O absolutismo pedagógico. **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 11 ago. 1932 p. 2.
- LEGIÃO de Outubro. Entrevista Francisco Campos. **MINAS GERAIS**. Belo Horizonte, 15 mar. 1931 p. 2.
- LIMA, Noraldino de. Tese. **REVISTA DO ENSINO**, Belo Horizonte, n. 62-63-64, 20 a 25, p. 23, out./nov./dez., 1931.
- MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985). Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MEDRADO, Clemente. Em apoio aos postulados católicos. **MINAS GERAIS**, 2 nov., 1934, p. 6.
- MENDES, Oscar. A segunda revolução. **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 29 nov. 1930, p. 1.
- NEGROMONTE, Álvaro. A educação cristã. **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 23 jul. 1932 a, p. 1.
- _____. Co-educação na escola. **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 16 out. 1932.
- NOTÍCIAS do Brasil. **LAR CATÓLICO**. Juiz de Fora, 22 abr. 1928, p. 2 O decreto sobre o ensino religioso nas escolas oficiais. **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 6 mai. 1931 p. 1.
- O DIÁRIO**, v. 1, n. 1, 6 jan. 1935 p. 1.
- O Ensino Tradicional. **O DIÁRIO**, Belo Horizonte, 4 mar. 1938 p. 4.
- O Manifesto Pedagógico. **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 23 abr. 1932, p. 1.
- O que quer o Integralismo. **FOLHA DE MINAS**, Belo Horizonte, 24 ago. 1935, p. 2.
- PIO XI. Naturalismo pedagógico e escola ativa (trechos da encíclica *Representati in terra*). **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 28 out. 1930 p. 1.
- QUIROGA et al. A psicologia do Dr. Iago. **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 26 set. 1931.
- SCHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- SOUZA, Joaquim Silvério de. Deve a escola nova renegar a escola tradicional? **O HORIZONTE**, Belo Horizonte, 13 mar. 1933 p. 4.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro V.
- WIRTH, Joh. **Minas Gerais in the Brazilian Federation; 1889/1937**. Stanford University, 1977.